

ANEXO

Universidade Fernando Pessoa

Curso de Trabalho Social

Grau de mestre

QUADRO N.º 1

1.º semestre

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Metodologia da Dissertação do Mestrado	Semestral	15	15			
Perspectivas Actuais de Serviço e Política Social	Semestral	15	15			
Cidadania, Ética e Identidade Sócio-Profissional	Semestral		33			
Questões Científicas e Metodologias de Serviço Social	Semestral	15	15			
Psicossociologia da Negociação e Mediação na Intervenção Social	Semestral		33			
Políticas e Práticas de Gestão: ONG's e IPSS's	Semestral		33			

QUADRO N.º 2

2.º semestre

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Minorias: Diversidade e Integração em Sociedades Complexas	Semestral	30				
Novas Formas de Exclusão Social	Semestral		33			
Serviço Social, Saúde e Ambiente	Semestral		33			
Psicossociologia do Envelhecimento	Semestral	15	15			
Intervenção Social nas Problemáticas Contemporâneas da Família	Semestral	15	15			

Portaria n.º 74/2003

de 21 de Janeiro

A requerimento da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, entidade instituidora da Universidade Fernando Pessoa, reconhecida como de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de Julho, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março;

Tendo o Instituto Erasmus de Ensino Superior sido autorizado a ministrar o curso de licenciatura em Antropologia através da Portaria n.º 909/90, de 27 de Setembro;

Considerando que já decorreram cinco anos de funcionamento do referido curso;

Considerando terem a autorização de funcionamento do curso e o reconhecimento do grau transitado para a Universidade Fernando Pessoa, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de Julho;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Ao abrigo do disposto nos artigos 39.º e 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Autorização de concessão do grau de mestre

A Universidade Fernando Pessoa é autorizada a conceder o grau de mestre na especialidade de Antropologia nas seguintes áreas de especialização:

- a) Antropologia da Saúde;
- b) Antropologia Económica;
- c) Antropologia Social e Cultural.

2.º

Regime aplicável

O regime aplicável à atribuição do grau de mestre é o fixado pelo Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro.

3.º

Grau

O grau de mestre na especialidade de Antropologia é concedido aos que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Conclusão, com aproveitamento, de todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de especialização;
- b) Elaboração, discussão e aprovação de uma dissertação especialmente escrita para o efeito.

4.º

Autorização de funcionamento do curso

É autorizado o funcionamento do curso de especialização nas instalações da Universidade Fernando Pessoa sitas no Porto que estejam autorizadas nos termos da lei.

5.º

Número máximo de alunos

1 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 20.

2 — A frequência global do curso de especialização não pode exceder 30 alunos.

6.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso de especialização, nos termos do anexo à presente portaria.

7.º

Início de funcionamento do curso

O curso de especialização pode iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2002-2003, inclusive.

8.º

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso de especialização são as fixadas nos termos da lei e do regulamento.

9.º

Regulamento

1 — O regulamento a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, e as respectivas alterações estão sujeitos a registo.

2 — O registo efectua-se através de despacho do Ministro da Ciência e do Ensino Superior, ouvida a comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto.

3 — O Ministro da Ciência e do Ensino Superior recusa o registo do regulamento se o mesmo for desconforme com a lei ou com os Estatutos da Universidade Fernando Pessoa.

4 — Após o registo, a entidade instituidora faz publicar o regulamento, bem como as suas alterações, na 2.ª série do *Diário da República*.

10.º

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino do cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior, quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e reconhecimento quer em consequência das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

O Ministro da Ciência e do Ensino Superior, *Pedro Lynce de Faria*, em 23 de Dezembro de 2002.

ANEXO**Universidade Fernando Pessoa****Curso de Antropologia****Grau de mestre****QUADRO N.º 1****1.º semestre**

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Metodologia da Dissertação de Mestrado	Semestral	15	15			
Antropologia Aplicada	Semestral	15	15			
Modelos de Organização Social	Semestral		33			
Antropologia e Políticas de Intervenção Social	Semestral		33			
O Património Cultural e Memória Social	Semestral		33			
Conflitos e Tensões Sociais	Semestral	30				

Área de especialização em Antropologia da Saúde

Grau de mestre

QUADRO N.º 2

2.º semestre

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Crenças e Discursos da Saúde	Semestral	30				
Representações Culturais do Corpo	Semestral		33			
Estratégias e Políticas de Intervenção: o Papel das ONG's	Semestral	30				
Sistemas e Organizações de Saúde e da Educação	Semestral	30				
Cultura e Terapias Alternativas	Semestral	15				
Cultura e Ética da Saúde	Semestral		33			

Área de especialização em Antropologia Económica

Grau de mestre

QUADRO N.º 3

2.º semestre

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Sistemas Sociais e Economias Produtivas	Semestral	30				
Mutações Económicas e Impactos Sociais	Semestral	30				
Património Cultural e Turismo	Semestral	30				
O Projecto de Intervenção Económica	Semestral	15	15			
Ecossistemas Humanos	Semestral	30				

Área de especialização em Antropologia Social e Cultural

Grau de mestre

QUADRO N.º 4

2.º semestre

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Etnicidade, Identidade e Memória Cultural	Semestral	30				
Grupos Migratórios e Refugiados	Semestral	30				
A Crença e o Poder	Semestral	30				
Os Novos Discursos Culturais na Globalização	Semestral	30				
Discursos de Género e Identidades Sexuais	Semestral	30				

Portaria n.º 75/2003**de 21 de Janeiro**

A requerimento da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, entidade instituidora da Universidade Fernando Pessoa, reconhecida como de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de Julho, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei

n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março);

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 831/2000, de 22 de Setembro;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;